

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ORIGEM DA LICITAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2017
PROCESSO Nº:	P 555256/2017
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL PERMANENTE , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Pregoeiro(a) regulamentado(a) através do Decreto Municipal nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nomeado(a) por Ato juntado ao processo administrativo de que trata esta licitação, devidamente publicados no Diário Oficial do Município, assessorado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no DOM e juntado ao processo, abrirá até horas, data e local abaixo indicados eletronicamente as **PROPOSTAS DE PREÇOS** referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos e as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, na Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 nos Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal nº 8.250 de 23 de maio de 2014, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** para **REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: Por demanda.

3. DA BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013; alterado pelo Decreto Federal nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações; e o disposto no presente Edital e seus anexos.

4. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **MATERIAL PERMANENTE**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

FINANÇAS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O Edital está disponível gratuitamente nos *sítios* compras.fortaleza.ce.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 20/10/2017

6.2. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 06/11/2017, às 10h00min.

6.3. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 06/11/2017, às 14h30min.

6.4. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de **Brasília/DF**.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

7. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

7.1. A documentação deverá ser entregue no endereço sito à Rua do Rosário, 77, - Centro – Ed. Comte. Vital Rolim – Sobreloja e Terraço Fortaleza-Ce, CEP. 60055-090.

7.2. A documentação será apresentada em envelope lacrado contendo no anverso do envelope o nome do Pregoeiro, número do pregão e o nome do órgão.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão através do **Fundo de Investimento e Desenvolvimento da Administração Fazendária – FIDAF**, pelas fontes de recursos abaixo consignadas:

Projeto/Atividade: 23.901.04.122.0001.2016.0014;

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 e 3.3.90.30;

Fonte de Recursos: 0.0101, consignado no orçamento do Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária Municipal – FIDAF.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

9. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

9.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A.

9.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio constante no **subitem 5.2** deste Edital.

9.2. Esta licitação é destinada à participação **EXCLUSIVA** de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativas, que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, aplicando-se o tratamento diferenciado e simplificado (Seção I - Das Aquisições Públicas) destinado a microempresas e empresas de pequeno porte em conformidade com as prescrições contidas na LC nº 123/2006, LC nº 147/14, na Lei nº 11.488/07, no Decreto Federal nº 8.538/15, na Lei Municipal nº 10.350/2015 (Capítulo V - Do acesso aos Mercados; Seção I - Das Aquisições Públicas) e no Decreto Municipal nº 13.735/2016 (Art. 33).

9.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

9.4. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

9.4.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

9.4.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

9.4.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração.

9.4.5. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração.

9.4.6. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

9.4.7. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta.

9.4.8. Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação.

9.4.9. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

10.1. Os licitantes deverão enviar suas propostas até a data e hora designadas para a abertura das mesmas, consignando o preço global, incluídos todos os custos diretos e indiretos, de acordo com o especificado neste Edital.

10.2. Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão declarar que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, bem como, caso exista, indicar no ato do envio das propostas eletrônicas a existência de restrição da documentação exigida para fins de habilitação, referentes à regularidade fiscal, observado o subitem 10.6 deste Edital.

10.3. No campo “Informações Adicionais”, deverá constar necessariamente o seguinte:

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

- a. Indicação do LOTE cotado e especificação do objeto da licitação de acordo com o disposto no ANEXO I deste Edital, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto.
- b. Preço global do LOTE cotado em algarismos.
- c. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

10.4. O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007, e que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123 de 2006, no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico do Banco do Brasil.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento.

10.6. Será vedada a identificação do licitante.

11. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

11.1. Abertas as propostas, o Pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema.

11.2. Os preços deverão ser expressos em reais, até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro e somente estas participarão da etapa de lances.

11.4. Na elaboração da proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Anexo I - **TERMÔ DE REFERÊNCIA e no MAPA DE PREÇOS presente nos autos do processo em epígrafe**; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele mapa de preços; Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido mapa de preços.

12. DA ETAPA DE LANCES

12.1. O Pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no **subitem 6.3**, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances.

12.2. Para efeito de lances, será considerado **o valor global do LOTE**.

12.2.1. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência no Anexo I do Edital; Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.

12.2.2. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.

12.2.3. Em caso de dois ou mais lances de igual valor, prevalece aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

12.3. Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro nem aos demais participantes.

12.4. No caso de desconexão entre o pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

12.4.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes, através de mensagem no sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

12.5. A etapa de lances terá o tempo inicial mínimo de disputa de 5 (cinco) minutos, após o qual será iniciando o tempo randômico, que poderá ser de 1 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico

12.6. O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

13. DO LICITANTE ARREMATANTE

13.1. O Pregoeiro poderá negociar exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.

13.2. A partir da sua convocação, o arrematante deverá encaminhar imediatamente, no limite de até 4 (quatro) horas através de FAX, para o número (85)3252.1630 ou e-mail (licitacao@fortaleza.ce.gov.br) a **proposta de preços** e **a documentação de habilitação** e no prazo máximo de até 02(dois) dias úteis a contar do término da sessão virtual o arrematante deverá entregar, na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, no endereço constante no **subitem 7.1**, os documentos acima mencionados em original ou por cópia autenticada.

13.2.1. O arrematante que efetuar a entrega da proposta de preço e da documentação, na sede da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza – CLFOR, em conformidade com o subitem 13.2., no prazo de até 04 (quatro) horas, contadas de sua convocação, fica dispensado de encaminhar os mesmos documentos através de FAX ou e-mail

13.2.2. O não cumprimento da entrega da documentação, dentro do prazo acima estabelecido, acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

14. DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

14.1. A proposta deverá ser apresentada em via única original e numerada, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do Anexo II – Proposta de preços deste Edital, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto e demais informações relativas ao bem ofertado.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

14.2. O licitante declarará que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo Pregoeiro ou pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, amostras e outras, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

14.3. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

14.4. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de LOTE inferior ao determinado no Edital.

14.5. Na cotação do preço unitário, não será admitido o fracionamento do centavo.

14.6. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.

14.7. No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

14.8. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. O licitante CADASTRADO deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, compatível com o ramo do objeto licitado e a regularidade trabalhista mediante prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

15.1.1. O CRC não substituirá os documentos referentes à Qualificação Técnica.

15.1.2. O Pregoeiro verificará a situação do licitante no Certificado de Registro Cadastral. Caso o mesmo esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, salvo os documentos de Regularidades Fiscais e Trabalhistas acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo Pregoeiro.

15.2. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

15.2.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

15.2.2. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo Pregoeiro.

15.2.3. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

15.2.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

15.2.5. O licitante NÃO CADASTRADO no CRC junto à Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR deverá apresentar os documentos relacionados a seguir.

15.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.3.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

15.3.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

15.3.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

15.3.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.3.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa, (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c. Ata de fundação da cooperativa;
- d. Ata de assembléia que aprovou o estatuto social;
- e. Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g. Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

15.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

15.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

15.4.1.1. Os atestados deverão conter no mínimo o nome do contratado e da contratante, a identificação do objeto do contrato e os serviços executados (discriminação e quantidades);

15.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.5.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

15.5.2. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da Certidão exigida no **subitem 15.5.1** acima.

15.5.3. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.5.4. COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA atestada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial do licitante, demonstrando que a empresa apresenta índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), calculada conforme a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{LG} = \text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

Onde:

LG – Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo;

15.5.5. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial.

15.5.6. No caso das demais sociedades empresárias, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

15.5.7. No caso de empresa recém constituída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando no balanço o número do Livro e das folhas nos quais se

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

15.5.8. No caso de sociedade simples e cooperativa - o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

15.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.6.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

- a. Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, ou equivalente, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- b. Certidão negativa de débitos estaduais, ou equivalente, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.
- c. Certidão negativa de débitos municipais, ou equivalente, expedida pela Secretaria de Finanças do Município.

15.6.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

15.6.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados, para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

- a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.
- b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.
- c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

15.6.4. Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

15.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.

15.6.6. O licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854/1999 conforme Anexo III - Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

16. OUTRAS DISPOSIÇÕES

16.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação do Pregoeiro, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

16.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

17. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

17.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste Edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, na sequência, ou a média de preços, sempre buscando alcançar a maior vantagem.

17.1.1. A disputa será realizada por LOTE, sendo os preços registrados em ata, pelo valor unitário do LOTE.

17.1.2. A proposta final para o LOTE não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, devendo o licitante, readequar o valor do (os) LOTES(s) aos valores constantes no Termo de Referência.

17.1.3. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido de uma proposta que atenda a este Edital.

17.2. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração

18. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS:

18.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste Edital.

18.1.1. Com preços superiores aos ITENS constantes no Termo de Referência no processo em epígrafe, após a fase de lances ou comprovadamente inexequíveis.

18.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@fortaleza.ce.gov.br, informando o número deste pregão no sistema do Banco do Brasil e o órgão interessado.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

19.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

19.3. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações.

19.4. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, mediante petição por escrito, protocolada na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, no endereço constante no subitem 7.1 deste Edital.

19.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

19.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

19.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente exceto se tratar de matéria de ordem pública.

19.9. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, enviar a petição de impugnação para que a autoridade competente decida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.10. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões por escrito, devidamente protocolada na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, no endereço constante no **subitem 7.1** deste Edital. Os demais licitantes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

20.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

20.3. A falta de manifestação, conforme o **subitem 20.1** deste Edital importará na decadência do direito de recurso.

20.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

20.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico constante no **subitem 5.2**, deste Edital.

21. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A adjudicação dar-se-á pelo Pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.

21.2. A homologação dar-se-á pela autoridade competente.

21.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo IV deste Edital.

21.3.1. Será incluído na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do artigo 11, inciso II do Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

21.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante ao gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

21.5. Quando o vencedor não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convidado outro licitante pelo Pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

21.6. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. O licitante que deseje cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor terá o prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contados da adjudicação na plataforma do Banco do Brasil, para manifestar-se neste sentido, via e-mail institucional, indicando o número do Pregão Eletrônico e o(s) lote(s), bem como sua respectiva identificação, com CNPJ, Razão Social.

22.1.1. A ausência de manifestação dentro do referido prazo será considerada como negativa do licitante em fazer parte do cadastro de reserva da respectiva Ata de Registro de Preços.

22.2. Após a homologação do resultado da licitação, a ata da sessão do pregão eletrônico será anexada à Ata de Registro de Preços, indicando os licitantes que tiverem aceito cotar o produto com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 11, inc. II do Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

22.2.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o *caput*, os licitantes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

22.2.2. O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para ser utilizado nas hipóteses em que o vencedor, quando convocado, não assinar a ata de registro de preços (art. 13, parágrafo único do Decreto Federal nº. 7.892/13) ou tiver seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº. 7.892/2013 (art. 11, § 3º. do Decreto Federal nº. 7.892/13), oportunidade em que poderá ser revogada a adjudicação e a homologação já efetivadas, isso sem prejuízo da aplicação das cominações previstas em Lei e/ou no edital.

22.2.3. A habilitação dos fornecedores remanescentes que compõem o cadastro de reserva será efetuada no prazo e condições estabelecidos no edital

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços e, no caso da Detentora não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Fortaleza e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

23.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o direito prévio de citação, ampla defesa e contraditório, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multas, aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, na seguinte forma:

23.2.2.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

23.2.2.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

23.2.2.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

I. deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do **CONTRATO**, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

II. permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

III. deixar de regularizar, no prazo definido pelo **CONTRATANTE**, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IV. não devolver os valores pagos indevidamente pelo **CONTRATANTE**;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

V. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

VI. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

23.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

23.2.2.5. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, quando o infrator der causa, à rescisão do **CONTRATO**;

23.2.2.6. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do **CONTRATO** e sua conduta implicar em gastos ao **CONTRATANTE** superiores aos contratados ou registrados.

23.2.2.6.1. Se a recusa em assinar o **CONTRATO** a que se refere ao subitem **23.2.2.2** for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

23.2.2.6.2. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

23.2.2.6.3. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

23.2.2.6.4. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

23.2.2.6.5. No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o item **23.2.2.4** será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

23.2.2.6.6. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao **CONTRATADO**, inclusive antes da execução da garantia contratual, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro.

23.2.2.6.7. Caso o valor a ser pago ao **CONTRATADO** seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

23.2.2.6.8. Caso a faculdade prevista no item **23.2.2.6.6** não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao **CONTRATADO**.

23.2.2.6.9. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens **23.2.2.6.6** e **23.2.2.6.7**, o **CONTRATADO** será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

23.2.2.6.10. Decorrido o prazo previsto no item **23.2.2.6.9**, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

23.2.2.6.11. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo **CONTRATADO** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do **CONTRATANTE**.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

23.2.2.6.12. O **CONTRATANTE** poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Fortaleza e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

23.3. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. os danos que o cometimento da infração ocasionar aos serviços e aos usuários;
- III. a vantagem auferida em virtude da infração;
- IV. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
- V. os antecedentes da licitante ou **CONTRATADA**.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. A **Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR** será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

24.2. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o Anexo IV será assinado pela **Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR**-, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, pelo titular da **Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN** e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados.

24.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores, bem como dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

24.3.1. O registro a que se refere o item 24.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

24.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/1993, sendo assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência em igualdade de condições.

24.5. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

24.6. Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos a serem definidos no instrumento contratual e nos locais especificados no Anexo I do Termo de Referência deste Edital.

24.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, na condição de órgão Interessado,

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o §2º do artigo 29 do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

24.8. Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

24.8.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão Interessado, ao somatório do quantitativo estabelecido no Decreto Federal nº 7.892/13.

24.9. Caberá ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos interessados da Administração Pública, proceder a indicação do fornecedor detentor do preço registrado, obedecida a ordem de classificação.

24.10. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.

24.11. A Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR providenciará a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município e através de meio eletrônico.

24.12. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no §1º do art. 27, do Decreto Municipal n.º 12.255/2007.

24.13. A Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

24.14. Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata, poderá convocar os demais fornecedores classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

24.15. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

24.16. As alterações dos preços registrados, oriundas da revisão dos mesmos, serão publicadas no Diário Oficial do Município e através da internet.

24.17. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

24.18. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.



EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

25. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1. Após a homologação do objeto do certame e até a data da contratação, o licitante vencedor deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

25.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

25.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

25.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando o licitante sujeito às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

25.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 25.1 deste Edital.

25.6. A Conta para a realização de depósito bancário, caso seja essa a opção da prestação da garantia, contratual, deverá ser prestada na **Conta Corrente: 27.307-4 – Agência: 0008-6 – Banco do Brasil.**

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

26.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

26.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo Pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

26.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de originais.

26.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR.

26.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

26.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada, inclusive pelo Pregoeiro. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

26.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

26.10. O Pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e os licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

26.11. Todas e quaisquer comunicações com o Pregoeiro deverão se dá por escrito, com o devido protocolo com sede na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, através de fac símile para o número (85) 3252.1630, via e-mail institucional licitacao@fortaleza.ce.gov.br, ou no próprio chat da plataforma do Banco do Brasil “sala virtual” onde estará acontecendo o certame.

26.12. Fica terminantemente proibido ao Pregoeiro prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame.

26.13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

26.14. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

26.15. A apresentação, por parte dos licitantes, de DECLARAÇÃO FALSA relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, e art. 37 da Lei Complementar nº 123/2006, independentemente da adoção de providências quanto à responsabilização penal, com fundamento no art. 90 da Lei nº 8.666/93 e art. 299 do Código Penal Brasileiro.

26.16. Serão considerados como não apresentadas as declarações, não assinadas não assinadas pelo representante legal da empresa ou seu procurador, considerando-se, diante da ausência de assinatura, desclassificada a proposta ou inabilitada a empresa, conforme a fase em que a declaração deva ser apresentada.

26.17. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por mais privilegiado que outro seja.

27. DOS ANEXOS

27.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR



EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VI – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Fortaleza - CE, ____de_____ de 20__.

CIENTE:

JAIME CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE FILHO
Secretário Executivo Municipal das Finanças

VISTO da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal das Finanças

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza - SEFIN/Coordenadoria Administrativo Financeira – COAFI/Célula de Gestão Administrativa - CEGEA.

2. OBJETO: Constitui objeto deste Termo o Registro de Preços visando aquisições futuras e eventuais de **Material Permanente**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN, de acordo com as especificações e quantitativos contidos neste Termo de Referência, para o período de 12 (doze) meses.

3. DA JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa técnica tem por objetivo deslindar acerca da aquisição de **MATERIAIS PERMANENTES**, que serão adquiridos com a finalidade de equipar a SEFIN I, II, III, além dos Núcleos de Acolhimento ao Cidadão (NAC)¹, que funcionam através da desconcentração dos serviços que somente eram prestados na sede da SEFIN I, promovendo maior eficiência, celeridade e qualidade na prestação dos serviços ofertados aos cidadãos/contribuintes municipais, em vários locais do Município de Fortaleza.

3.1. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS:

Serão adquiridos 14 (quatorze) itens cuja classificação de acordo com a Portaria nº 448 de 13 de setembro de 2002, do Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional e em consonância com suas características, deverão ser enquadrados como materiais permanentes².

As especificações dos equipamentos que serão adquiridos, foram previamente pesquisadas, analisadas e extraídas de licitações similares, o que poderá ser comprovado quando da análise da pesquisa de preços sob as diretrizes da Instrução Normativa nº 03 de 20 de Abril de 2017 do **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG, aliada as boas práticas de**

¹ NAC SEFIN Regional I - Rua Dom Jerônimo, 20 - Otávio Bonfim - Fortaleza-CE

NAC SEFIN Regional II - Rua Juraci de Oliveira, 01 - Edson Queiroz - Fortaleza-CE

NAC SEFIN Regional III - Av. Jovita Feitosa, 1264 - Parquelândia - Fortaleza-CE

NAC SEFIN Regional IV - Av. Dedé Brasil, 3770 - Serrinha - Fortaleza-CE

NAC SEFIN Regional V - Rua Augusto dos Anjos, 2466 - Bom Sucesso - Fortaleza-CE

NAC SEFIN Regional VI - Rua Padre Pedro de Alencar, 789 - Messejana - Fortaleza-CE

Vapt Vupt Messejana - Av. Jornalista Tomaz Coelho, 408, Messejana -Fortaleza-CE

Vapt Vupt Antônio Bezerra - Rua: Demétrio de Menezes, 3750 - Antônio Bezerra

NAC/SEFIN Del Paseo - Av. Santos Dumont, 3131, Piso S1 - Aldeota - Fortaleza-CE

²Anexo IV da Portaria nº 448 de 13 de Setembro de 2002;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

contratações, com a intenção de utilizar especificação de forma clara, objetiva, promovendo, portanto, a maior participação possível de interessados, proporcionando maior competitividade no certame, na busca de contratar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Quanto as quantidades dos equipamentos que serão adquiridos, estas foram ratificadas após reuniões ocorridas na COAFI, com representação da CATRI e COAFI, bem como levantamento de necessidades averiguadas pela Célula de Gestão Administrativa – CEGEA/COAFI, considerando a nova ambiência física da SEFIN II, bem como as necessidades emanadas da SEFIN I e III e dos NAC's, onde através do planejamento da presente licitação, foram contempladas aquisições que deverão ser realizadas, tão logo da conclusão do procedimento licitatório, bem como eventuais e futuras contratações que possam ocorrer de maneira parcelada, no interregno de 12(doze) meses.

Na tabela a seguir, segue a especificação completa dos 19 (dezenove) itens que serão adquiridos:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	<p>GELADEIRA 342 L</p> <ul style="list-style-type: none"> - GELADEIRA TIPO <i>FROST FREE</i> DE 342 LITROS COM 01 PORTA; - Cor: branca; - Tipo de refrigerador: 01 (uma) porta; - Prateleiras: as prateleiras e os complementos (separador de garrafas e de pacotes) devem ser reguláveis permitindo ajuste a altura conforme a necessidade; - Grade devem ser removíveis e reguláveis para facilitar a limpeza; - Iluminação interna: no refrigerador; - Puxadores: embutidos, eficiência energética equivalente ao Selo Procel A ou que possua eficiência energética similar; - Alimentação: 220v; - Garantia: mínima 12 (doze) meses; - Fabricação nacional; <p>Obs: A capacidade de litros, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>	2	R\$ 1.507,49	R\$ 3.014,98

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

3	<p>BEBEDOURO DE COLUNA ELÉTRICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - BEBEDOURO DE COLUNA ELÉTRICO, TIPO GELÁGUA, para garrafão de 20 (vinte) litros; - Cor: branca; - 02 (duas) torneiras; - Fornecimento de água gelada e natural, gás ecológico, reservatório vedado, alto desempenho; - Serve no mínimo 03 (três) litros/hora de água gelada e natural; - Abertura automática do garrafão e facilidade de limpeza interna do produto; - Baixo consumo de energia, 220 volts; - Acompanhado de certificado com selo do INMETRO, e de comprovação de que atende às exigências mínimas pertinentes contidas nas Normas da ABNT; - Classificação de consumo; - Selo PROCEL A ou que possua eficiência energética similar; - Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses; <p>Obs: A capacidade de litros, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>	4	R\$ 491,46	R\$ 1.965,84
5	<p>MICROONDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - FORNO MICROONDAS: FORNO MICROONDAS de uso doméstico, capacidade interna mínima de 28 L; - Gabinete tipo monobloco em aço galvanizado, revestido interno e externamente com pintura eletrostática em pó (epóxi/poliéster) na cor branca, contendo aberturas laterais e/ou superiores para ventilação do aparelho ou sistema similar; - Lâmpada interna mínima de 15W; - Painel de controle digital com funções pré-programadas; - Porta com visor central dotada de puxador e/ou tecla de abertura; - Dispositivos e travas de segurança. - Prato giratório de vidro ou material similar; - Anel plástico rotativo com rodízios; - Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação; - Plugue e cordão com alimentação 	2	R\$ 492,00	R\$ 984,00

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<p>certificada pelo INMETRO; - Voltagem de 220V; - Fabricação nacional; - Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses; Obs: A capacidade de litros, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>			
7	<p>TELEFONE COM FIO - APARELHO DE TELEFONE COM FIO; - Modos de discagem tom e pulso, comutação temporária (pulso-tom); - Mínimo de 03 (três) volumes e 03 (três) melodias de campainha ajustável pelo teclado; - Mínimo de 04 (quatro) teclas de atalho e 10 (dez) teclas de discagem rápida; - Tecla <i>flash</i>, <i>mute</i> e rediscagem; - Montagem mesa a parede. - Pino padrão; - Aplicação em linha pública e PABX; - Cor: Grafite ou preto; - Tecla de localização do telefone; - 220V; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.</p>	50	R\$ 33,00	R\$ 1.650,00
8	<p>ASPIRADOR DE PÓ - Aspirador de pó e água. - Aspira pó com eficiência para uma limpeza completa; - Potência mínima de 1.400W: com alto poder de sucção e Kit completo de acessórios; - Capacidade para, no mínimo, 12 (doze) litros de água e 10 (dez) litros de pó; - 5 (cinco) rodas: facilita a locomoção; - Alça para transporte; - Dimensões do produto (mm): 356 x 485 x 356; - Dimensões da embalagem individual (mm): 365 x 548 x 365; - Peso líquido: 6,15 Kg; - Peso bruto: 7,08 Kg; - Potência: 1.400 W; - Consumo: 2,80 kWh/mês*; - Garantia mínima: 01 (um) ano; Voltagem: 220V; - Porta-Fios: Sim; - Acessórios inclusos: Mangueira, tubos prolongadores, 02 (dois) bocais e saco para</p>	2	R\$ 309,00	R\$ 618,00

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<p>pó; - Capacidade do saco coletor, mínimo de: 10 L de pó, 12 L de água; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo; Obs: A dimensão deste lote, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>			
10	<p>GARRAFA TÉRMICA DE INOX 1L - Capacidade 01 (um) litro; - Revestimento de aço inox com tratamento de verniz; - Ampola de vidro; - Sistema que evita pingos após servir; - As garrafas térmicas com ampolas de vidro, conforme NBR13282, da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, podendo variar nas capacidades volumétricas reais em até 10% (dez por cento) da capacidade nominal; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.</p>	10	R\$ 59,90	R\$ 599,00
11	<p>CAFETEIRA INDUSTRIAL 20L (Foto meramente ilustrativa)</p>  <p>- Capacidade 20 (vinte) litros (2 bojos de 10 litros cada); - Consumo 2500W / 2,50kw/h ou similar; - Alimentação 127V / 220V; - Dimensões (CxLxA) Produto: 41 x 36 x 84 (cm); - Embalagem: 45 x 41 x 56 (cm), podendo ter diferença de 5%; - Peso líquido / bruto - 6,5 kg / 17,9 kg; - Descrição: - Bojos em aço inoxidável 304. (Não contamina o alimento); - Corpo em aço inoxidável escovado; - Resistências blindadas de alta performance; - Registros manuais para entrada e saída de água;</p>	3	R\$ 1.164,00	R\$ 3.492,00

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<ul style="list-style-type: none"> - Exclusiva torneira horizontal (indicada para café); - Deverá acompanhar vareta para limpeza das torneiras; - Termostato para controle de temperatura de 20º a 120ºC; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo. 			
13	<p>CONJUNTO DE 04 (QUATRO) LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA</p> <p>Conjunto coleta seletiva com 04 (quatro) lixeiras de, no mínimo, 50 (cinquenta) litros, com suporte, nas cores vermelha, azul, amarela, verde e marrom;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Polietileno de alta densidade pead; - Resina anti-uv; - Material 100% virgem de alta resistência; - Sem soldas e emendas; - Capacidade individual de, no mínimo, 50 litros; - Tampa basculante; - Suporte fixado em tubo em aço carbono galvanizado, indicado para áreas internas; - Medidas por lixeira, incluindo a tampa, de aproximadamente: 1370mm de altura, 450mm de largura, 1250mm de profundidade; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo. 	5	R\$ 468,00	R\$ 2.340,00
14	<p>CONJUNTO DE 02 (DUAS) LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cesto confeccionado em plástico polipropileno com armação em tubo e suporte com tratamento eletrostático e pintura epóxi na cor preta; - Suporte de 02 (duas) lixeiras nas cores marrom e cinza; - Indicado para área interna; - Conjunto com tampa basculante; - Capacidade de 25 (vinte e cinco) litros; - Dimensões de aproximadamente: (comp/larg/alt); - Medidas: 650x300x630mm; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo. 	5	R\$ 247,22	R\$ 1.236,10

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

SECADORA DE MÃOS AUTOMÁTICA

(Foto meramente ilustrativa)



15

- Sensores a resistência e o sistema de desligamento automático (são gerenciados por microprocessador);
- Acionamento automático por sensores (gerenciado por microprocessador);
- Voltagem 220 volts;
- Grau de proteção: ip22;
- Equipado com motor turbo de 1100 watts (profissional);
- Ajustado eletronicamente p/ 450 watts;
- Potência na regulagem original: Mínimo de 1700 watts
- 8,2 amperes;
- Potência na regulagem máxima: 2100 watts - 10,3 amperes;
- Baixo consumo de energia;
- Na regulagem original: 80 (oitenta) litros por segundo;
- Na regulagem máxima flex.: 120 (cento e vinte) litros por segundo;
- Tempo p/ secagem na regulagem original: aproximadamente em até 20 (vinte) segundos;
- Tempo p/ secagem na regulagem máxima flex: aproximadamente em até 12 (doze) segundos;
- Consumo de energia p/ secagem na regulagem original: 0,00750;
- Consumo de energia p/ secagem na regulagem máxima flex: 0,00700;
- Desligar automaticamente, no mínimo, aos 25 (vinte e cinco) segundos de uso, mesmo com as mãos sob os sensores;
- Dupla proteção para a resistência (não queima resistência);
- Dimensões de, aproximadamente, 280 mm de altura, 200mm de largura, 175mm profundidade;

20

R\$ 510,61

R\$ 10.212,20

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	- Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.			
16	<p>MÁQUINA PERFURADORA PARA ENCARDENAÇÃO (Foto meramente ilustrativa)</p>  <ul style="list-style-type: none"> - Máquina que permita perfurações mínima de 02 (duas) a 15 (quinze) folhas por vez; - Detalhes técnicos: - Uso: para confecção de encadernações de até 450 folhas; - Extensão de perfuração de aproximadamente: 330 mm; - Tamanho da mesa de aproximadamente: 350 x 320 mm; - Capacidade de perfuração de aproximadamente: 15 (quinze) folhas; - Peso da máquina de aproximadamente: 10Kg; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo; Obs: As dimensões deste lote, poderão ter diferença de 5% do especificado neste lote. 	3	R\$ 363,60	R\$ 1.090,80
18	<p>FRAGMENTADORA DE PAPEL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura de inserção: 220 mm, ou equivalente; - Nº Máximo de folhas (75g): 12 folhas 75g; - Tipo de Fragmentação (em mm): 4 x 32 mm; - Nível de segurança: 3; - Capacidade Média de Fragmentação: 22,7 kg/h; - Acionamento: Botão e sensor mecânico; - Reversão: Manual e no botão; - Potência mínima: 240w; - Tempo de Funcionamento: 02 (dois) a 07 (sete) minutos ligada (dependendo da quantidade de folha por fluxo) e de 12 (doze) 	4	R\$ 498,02	R\$ 1.992,08

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	a 30 (trinta) minutos desligada dependendo da temperatura ambiente; - Nível de Ruído: 73 db (A); - Volume da Lixeira: 14 (quatorze) litros; - Dimensões (em mm): 345 x 235 x 450 mm; - Peso Aproximado: 6,2 kg; - Cor: preta ou cinza; - Garantia: 12 (doze) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo.			
19	SUPORTE ARTICULADO PARA TV LED, LCD, PLASMA, 3D e SMARTV de 10 a 85” - Fácil de instalar; - Permitir engate rápido; - Indicação para TV LED, LCD, Plasma, 3D e Smart TV de 10 a 85 polegadas; - Possuir trava de segurança dispositivo para fácil manuseio dos cabos; - Permitir inclinação e rotação; - Permite ajustar a TV para assistir de vários ângulos; - Furação compatível: VESA: 50X50, 75X75, 300X300 e máxima 400X400 - Acompanhar parafusos e buchas para alvenaria, parafusos para painel de madeiras e nível de bolha. - Garantia de 12 (doze) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo.	10	R\$ 72,84	R\$ 728,40
VALOR TOTAL:		R\$ 29.923,40³		

Por oportuno, percebe-se que os itens 01 e 03 (geladeira e micro-ondas, respectivamente), utilizam na sua especificação a comprovação de eficiência energética através do Selo Procel A ou que possua eficiência energética similar, face ao incremento de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental e redução de custos de energia nesta Secretaria Municipal das Finanças.

De acordo com o Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética, o Selo Procel de Economia de Energia, ou simplesmente Selo Procel, tem como finalidade ser uma ferramenta simples e eficaz que permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes e que consomem menos energia.

³ Valor de referência obtido através de pesquisa mercadológica realizada na fase interna do processo de licitação;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

Criado pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, programa do Governo Federal executado pela Eletrobras, o Selo Procel foi instituído por Decreto Presidencial em 8 de dezembro de 1993.

A partir de sua criação, foram firmadas parcerias junto ao Inmetro, a agentes como associações de fabricantes, pesquisadores de universidades e laboratórios, com o objetivo de estimular a disponibilidade, no mercado brasileiro, de equipamentos cada vez mais eficientes.

Para isso, são estabelecidos índices de consumo e desempenho para cada categoria de equipamento. Cada equipamento candidato ao Selo deve ser submetido a ensaios em laboratórios indicados pela Eletrobras. Apenas os produtos que atingem esses índices são contemplados com o Selo Procel.

Os equipamentos que utilizam o Selo PROCEL, são os abaixo listados:



[cadastro](#) | [dúvidas](#) | [fale conosco](#) | [links](#) | [mapa do site](#)



Equipamentos	Categorias	Critérios Específicos
Eletrodomésticos		
Congeladores	Congeladores	port.-
Refrigeradores	Refrigeradores	port.-
Lavadoras	Semiautomáticas Automáticas	port.ing.
Televisores	Televisores	port.-
Ventiladores	Mesa Teto	port.ing.
Condicionadores de ar	Split Janela	port.ing.
-		
Micro-ondas	Micro-ondas	port.ing.
Lâmpadas e Reatores		
Lâmpadas Fluorescentes	Lâmp. Fluor. Compactas 127V/220V	port.ing.
Lâmpadas a Vapor de Sódio	Lâmpadas a Vapor de Sódio	port.-
Lâmpadas LED	Lâmpadas LED	port.ing.
Reatores	Eletromagnéticos - Lâmpadas V. S.	port.ing.
	Eletrônicos - Lâmpadas Tubulares	port.ing.
Bombas e Motores		
Bombas e Motobombas	Bombas e Motobombas	port.-
Motores Elétricos	Motores Elétricos	port.-
Solares		
Sistema de Aquecimento Solar	Coletores Solares	port.-
	Reservatórios Térmicos	port.-
Sistema Fotovoltaico	Módulos Fotovoltaicos	port.-



Todos os produtos contemplados com o Selo Procel deverão atender às especificações contidas no regulamento e manual disponíveis abaixo:

[Regulamento do Selo Procel](#)

[Português](#)

[Inglês](#)

[Manual de Identidade Visual](#)

[Manual de Identidade Visual](#)

[Laboratórios de Ensaios](#)



EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

3.2. DOS LOCAIS QUE RECEBERÃO OS EQUIPAMENTOS E DA FORMATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Os equipamentos que serão adquiridos, deverão ser utilizados na SEFIN I,II,III e NAC's. Esta definição ocorreu após decisões gerenciais entre CATRI/COAFI, tendo em vista principalmente a proximidade da inauguração do novo espaço físico da SEFIN II, cuja ambiência receberá precipuamente, setores e servidores ligados à CATRI, bem como aliado à missão do Plano Estratégico SEFIN 2017-2012, com vistas a atender ao cidadão/contribuinte e aos Órgãos públicos com acolhimento e resolutividade, face à modernização do ambiente físico da SEFIN e NAC's, bem como, com a finalidade de contribuir com a visão do referido Plano Estratégico, qual seja: *“Até 2021, ser referência nacional na gestão das finanças públicas municipais, com resultados criadores de valor público”*.

Por fim, a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu em seu art. 15, inciso II, que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas por meio de Sistema de Registro de Preços. Considerando que a Lei de Licitações estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, verificamos que o registro de preços, se enquadra ao caso da presente aquisição.

Tão logo seja finalizado o processo licitatório, haverá contratação de parte dos equipamentos registrado em ata, entretanto, existem quantidades que ficarão disponíveis durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, posto que estas quantidades foram mensuradas para aquisições a serem realizadas de maneira eventual e/ou futura, podendo ocorrer dentro da vigência da ARP a ser celebrada.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

Projeto/Atividade: 23.901.04.122.0001.2016.0014;

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 e 3.3.90.30;

Fonte de Recursos: 0.0101, consignado no orçamento do Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária Municipal – FIDAF.

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e local estabelecidos neste Anexo I - Termo de Referência do Edital, qual seja: Rua General Bezerril, nº 730, Centro – Fortaleza/CE, ou em outro local no Município de Fortaleza, a ser estipulado pela Secretaria Municipal das Finanças, no horário de 8h às 12h e das 13h às 17h.

5.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.2. Quanto ao prazo de entrega:



EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

5.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, quando solicitados pelo **CONTRATANTE** e deverão ser entregues no endereço relacionado abaixo, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min, ou em outro local previamente indicado pelo **CONTRATANTE**, **no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento**, onde os produtos e serviços deverão ser prestados rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste Edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

5.2.3. Caso o prazo do item 5.2.1 não seja cumprido, em relação a entrega dos equipamentos, a CONTRATADA sofrerá as sanções administrativas discriminadas no item 11 do presente Termo.

5.3. Quanto ao recebimento:

5.3.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pelo **CONTRATANTE**.

5.3.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**, no **Banco do Brasil S/A**.

6.1.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida tendo por destinatário / tomador do serviço o Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária Municipal – FIDAF, inscrito sob o CNPJ 23.883.983/0001-57. Apresentando incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para os devidos ajustes. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Entregar o objeto em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta de preço, bem como na Lei nº 8.666/1993 e demais normas legais e regulamentos pertinentes.

7.2. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Termo e proposta apresentada.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

- 7.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 7.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de o **CONTRATANTE** proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 7.5.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 7.6.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 7.7.** Substituir os itens que compõem o objeto contratual, que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 48 (quarenta e oito), contados da sua notificação.
- 7.8.** Os equipamentos, objeto desta licitação, terão garantia de 12 (doze) meses, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.9.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução do objeto contratado;
- 7.10.** Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução contratual;
- 7.11.** A **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- 7.12. Prestar assistência técnica e/ou possuir rede credenciada que possua assistência técnica no Município de Fortaleza-CE.**

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1.** Solicitar a execução/entrega do objeto à **CONTRATADA** através da emissão de Nota de Empenho, bem como da Ordem de Fornecimento.
- 8.2.** Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 8.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato.
- 8.4.** Notificar a **CONTRATADA**, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 8.5.** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste contrato.
- 8.6.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **NEWTON SIQUEIRA FEITOSA CARVALHO**, Matrícula nº 12364, Gerente da Célula de Gestão Administrativa – CEGEA da Coordenadoria Administrativo Financeira - COAFI, contato nº (85) 3252-4829, especialmente

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

designado para este fim pelo **CONTRATANTE**, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado de GESTOR do CONTRATO.

9.2. Os outros membros da Comissão Técnica são os servidores **ALYNE COSTA CANAMARY**, matrícula: 107417, vinculada à Célula de Gestão Administrativa - CEGEA da Coordenadoria Administrativo Financeira – COAFI, contato nº (85) 3252-4829 e **LUÍS ADAUTO MARINHO CASTELO**, Matrícula nº 12503, Gerente da Célula de Gestão Administrativa – CEGEA da Coordenadoria Administrativo Financeiro – COAFI/SEFIN, contato nº (85) 3452.5444;

9.3. Os trabalhos serão supervisionados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Comissão mencionada nos itens acima, com poderes para verificar se os serviços estão sendo executados, de acordo com o expresso neste Termo; analisar e decidir as proposições da **CONTRATADA**, com vistas à melhoria daqueles; fazer advertências quanto às faltas cometidas pela **CONTRATADA**, quando houverem; e, ainda, opinar sobre as demais ações, buscando sempre o perfeito andamento das atividades albergadas por este Termo.

9.4. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades;

9.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes à execução do objeto deste Termo deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.6. A fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, onde, o serviço rejeitado deverá ser executado novamente sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.7. Os servidores indicados nos itens **9.1** e **9.2**, serão responsáveis pelo atesto referente a cada entrega dos produtos adquiridos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o direito prévio de citação, ampla defesa e contraditório, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multas, aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, na seguinte forma:

10.1.2.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

10.1.2.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

10.1.2.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

I. deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;

II. permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

III. deixar de regularizar, no prazo definido pelo **CONTRATANTE**, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IV. não devolver os valores pagos indevidamente pelo **CONTRATANTE**;

V. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

VII. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

10.1.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

10.1.2.5. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa, à rescisão do CONTRATO;

10.1.2.6. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos ao **CONTRATANTE** superiores aos contratados ou registrados.

10.1.2.6.1. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere ao subitem **10.1.2.2** for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

10.1.2.6.2. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

10.1.2.6.3. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

10.1.2.6.4. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

10.1.2.6.5. No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o item **10.1.2.4** será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

10.1.2.6.6. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao **CONTRATADO**, inclusive antes da execução da garantia contratual, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro.

10.1.2.6.7. Caso o valor a ser pago ao **CONTRATADO** seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

10.1.2.6.8. Caso a faculdade prevista no item **10.1.2.6.6** não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao **CONTRATADO**.

10.1.2.6.9. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens **10.1.2.6.6** e **10.1.2.6.7**, o **CONTRATADO** será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

10.1.2.6.10. Decorrido o prazo previsto no item **10.1.2.6.9**, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

10.1.2.6.11. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo **CONTRATADO** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do **CONTRATANTE**.

10.1.2.6.12. O **CONTRATANTE** poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Fortaleza e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

10.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. os danos que o cometimento da infração ocasionar aos serviços e aos usuários;
- III. a vantagem auferida em virtude da infração;
- IV. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
- V. os antecedentes da licitante ou **CONTRATADA**.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

11.1. O prazo de vigência do CONTRATO a ser formalizado é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do instrumento contratual, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da lei federal nº 8.666/1993.

11.2. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, a ser emitida pelo **CONTRATANTE**.

Fortaleza, ____ de _____ de 2017

Atenciosamente,

LUÍS ADAUTO MARINHO CASTELO
Gerente da Célula de Gestão Administrativa
Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

À
Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR,

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta de preços encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:
- Banco do Brasil - (agência e nº da conta corrente):

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL Valor por extenso (_____)				

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

MODELO – EMPREGADOR PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA

(Identificação do licitante), inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos e em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data
Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__ - CLFOR
Pregão Eletrônico nº ____
Processo nº **P555256/2017**

Aos __ dias do mês de _____ de 20__, na sede da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR -, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº _____ do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Município em __/__/20__, às fls ____, do Processo nº **P555256/2017**, que vai assinada pelo titular da Secretária Municipal das Finanças, pela Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, órgão gestor(a) do Sistema de Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- I. No Pregão Eletrônico nº _____
- II. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013; alterado pelo Decreto Federal nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações; e o disposto no presente Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **MATERIAL PERMANENTE**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.do Pregão Eletrônico nº _____/2017 que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, e será incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme consta nos autos do Processo nº **P555256/2017**.

Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitação específica obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do Registro de Preços, sendo-lhes assegurada a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.



EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá a Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR - o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 13.512, de 30/12/2014, publicado D.O. M de 30/12/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelos mesmos.

Subcláusula Primeira – O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Subcláusula Segunda- Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela **CONTRATADA** durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 12.255/07.

Subcláusula Primeira - Competirá a Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, órgão gestor do Sistema de Registro Preços, o controle e administração do SRP em especial, as atribuições estabelecidas Decreto Municipal nº 13.512, de 30/12/2014, publicado D.O. M de 30/12/2014.

Subcláusula Segunda - Caberão ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 14, do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

Subcláusula Terceira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) Atender aos pedidos efetuados pelo(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência;
- b) Fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do Sistema de Registro de Preços;
- c) Responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor do Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona);
- d) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

Subcláusula Quarta - Caberá a **CONTRATADA** providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados e em consonância com o Termo de Referência, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 27, do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas no art. 28 do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

As aquisições dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessados e o fornecedor.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelos órgão(s) participante(s), ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o órgão(s) participante(s) comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Subcláusula Primeira – Quanto à entrega:

- a. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e locais estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital, os quais deverão conter marca e quantidade de cada lote, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.
- b. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- c. **A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no Edital será exclusiva do servidor autorizado e/ou servidores indicados através de portaria de fiscalização, pelo órgão participante, encarregado de acompanhar a**

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

d. Execução do processo de entrega e recebimento dos objetos da Ata, conforme art. 67 da Lei 8.666/1993

Subcláusula Segunda – Quanto ao recebimento:

- a. PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pelo **CONTRATANTE**.
- b. DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do(s) órgão(s) participante(s) e será efetuado após a emissão de empenho, no prazo de 30(trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**, no Banco do Brasil.

Subcláusula Primeira – A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

Subcláusula Segunda – Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Terceira – É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº _____.

Subcláusula Quarta – Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

Subcláusula Quinta – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Subcláusula Primeira - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços e, no caso da Detentora não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Fortaleza e será descredenciado no

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.1. O licitante que vier a praticar ato ilícito, estará sujeita, garantindo o direito prévio de citação, ampla defesa e contraditório, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multas, aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, na seguinte forma:

13.1.2.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

13.1.2.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

13.1.2.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

I. deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

II. permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

III. deixar de regularizar, no prazo definido pelo **CONTRATANTE**, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IV. não devolver os valores pagos indevidamente pelo **CONTRATANTE**;

V. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

VII. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

13.1.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

13.1.2.5. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa, à rescisão do CONTRATO;

13.1.2.6. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos ao **CONTRATANTE** superiores aos contratados ou registrados.

13.1.2.6.1. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere ao subitem **13.1.2.2** for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

13.1.2.6.2. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

13.1.2.6.3. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

13.1.2.6.4. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

13.1.2.6.5. No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o item **13.1.2.4** será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

13.1.2.6.6. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao **CONTRATADO**, inclusive antes da execução da garantia contratual, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro.

13.1.2.6.7. Caso o valor a ser pago ao **CONTRATADO** seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

13.1.2.6.8. Caso a faculdade prevista no item **13.1.2.6.6** não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao **CONTRATADO**.

13.1.2.6.9. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens **13.1.2.6.6** e **13.1.2.6.7**, o **CONTRATADO** será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

13.1.2.6.10. Decorrido o prazo previsto no item **13.1.2.6.9**, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

13.1.2.6.11. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo **CONTRATADO** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do **CONTRATANTE**.

13.1.2.6.12. O **CONTRATANTE** poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

13.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Fortaleza e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

13.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. os danos que o cometimento da infração ocasionar aos serviços e aos usuários;
- III. a vantagem auferida em virtude da infração;
- IV. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
- V. os antecedentes da licitante ou **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, por mais privilegiado que outro seja, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Entidade Participante	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___ /20__ - MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a **Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN/FIDAF** e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº

LOTE	CÓD LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO LOTE	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ – SEFIN

Processo nº **P555256/2017**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____

**E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

O _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) **CONTRATANTE**, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do direito público, a lei nº Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013; alterado pelo Decreto Federal nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações; e o disposto no presente Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste CONTRATO está vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, a Ata de Registro de Preços nº ____/2017 – CLFOR decorrente do Processo Administrativo nº ____/, à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO A AQUISIÇÃO DE **MATERIAL PERMANENTE**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma parcelada, nos termos estabelecidos na Cláusula Nona do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DA ESPECIFICAÇÃO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1. Os equipamentos a serem entregues, deverão obedecer às quantidades e especificações abaixo indicadas:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>GELADEIRA 342 L</p> <ul style="list-style-type: none"> - GELADEIRA TIPO FROST FREE DE 342 LITROS COM 01 PORTA; - Cor: branca; - Tipo de refrigerador: 01 (uma) porta; - Prateleiras: as prateleiras e os complementos (separador de garrafas e de pacotes) devem ser reguláveis permitindo ajuste a altura conforme a necessidade; - Grade devem ser removíveis e reguláveis para facilitar a limpeza; - Iluminação interna: no refrigerador; - Puxadores: embutidos, eficiência energética equivalente ao Selo Procel A ou que possua eficiência energética similar; - Alimentação: 220v; - Garantia: mínima 12 (doze) meses; - Fabricação nacional; <p>Obs: A capacidade de litros, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>	2		
2	<p>BEBEDOURO DE COLUNA ELÉTRICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - BEBEDOURO DE COLUNA ELÉTRICO, TIPO GELÁGUA, para garrafão de 20 (vinte) litros; - Cor: branca; - 02 (duas) torneiras; - Fornecimento de água gelada e natural, gás ecológico, reservatório vedado, alto desempenho; - Serve no mínimo 03 (três) litros/hora de água gelada e natural; - Abertura automática do garrafão e facilidade de limpeza interna do produto; - Baixo consumo de energia, 220 volts; - Acompanhado de certificado com selo do 	04		

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<p>INMETRO, e de comprovação de que atende às exigências mínimas pertinentes contidas nas Normas da ABNT;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Classificação de consumo; - Selo PROCEL A ou que possua eficiência energética similar; - Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses; <p>Obs: A capacidade de litros, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>			
3	<p>MICROONDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - FORNO MICROONDAS: FORNO MICROONDAS de uso doméstico, capacidade interna mínima de 28 L; - Gabinete tipo monobloco em aço galvanizado, revestido interno e externamente com pintura eletrostática em pó (epóxi/poliéster) na cor branca, contendo aberturas laterais e/ou superiores para ventilação do aparelho ou sistema similar; - Lâmpada interna mínima de 15W; - Painel de controle digital com funções pré-programadas; - Porta com visor central dotada de puxador e/ou tecla de abertura; - Dispositivos e travas de segurança. - Prato giratório de vidro ou material similar; - Anel plástico rotativo com rodízios; - Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação; - Plugue e cordão com alimentação certificada pelo INMETRO; - Voltagem de 220V; - Fabricação nacional; - Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses; <p>Obs: A capacidade de litros, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote.</p>	2		
4	<p>TELEFONE COM FIO</p> <ul style="list-style-type: none"> - APARELHO DE TELEFONE COM FIO; - Modos de discagem tom e pulso, comutação temporária (pulso-tom); - Mínimo de 03 (três) volumes e 03 (três) melodias de campanha ajustável pelo teclado; - Mínimo de 04 (quatro) teclas de atalho e 10 (dez) teclas de discagem rápida; 	50		

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<ul style="list-style-type: none"> - Tecla flash, mute e rediscagem; - Montagem mesa a parede. - Pino padrão; - Aplicação em linha pública e PABX; - Cor: Grafite ou preto; - Tecla de localização do telefone; - 220V; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo. 			
5	<p>ASPIRADOR DE PÓ</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aspirador de pó e água. - Aspira pó com eficiência para uma limpeza completa; - Potência mínima de 1.400W: com alto poder de sucção e Kit completo de acessórios; - Capacidade para, no mínimo, 12 (doze) litros de água e 10 (dez) litros de pó; - 5 (cinco) rodas: facilita a locomoção; - Alça para transporte; - Dimensões do produto (mm): 356 x 485 x 356; - Dimensões da embalagem individual (mm): 365 x 548 x 365; - Peso líquido: 6,15 Kg; - Peso bruto: 7,08 Kg; - Potência: 1.400 W; - Consumo: 2,80 kWh/mês*; - Garantia mínima: 01 (um) ano; Voltagem: 220V; - Porta-Fios: Sim; - Acessórios inclusos: Mangueira, tubos prolongadores, 02 (dois) bocais e saco para pó; - Capacidade do saco coletor, mínimo de: 10 L de pó, 12 L de água; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo; Obs: A dimensão deste lote, poderá ter diferença de 5% do especificado neste lote. 	2		
6	<p>GARRAFA TÉRMICA DE INOX 1L</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade 01 (um) litro; - Revestimento de aço inox com tratamento de verniz; - Ampola de vidro; - Sistema que evita pingos após servir; - As garrafas térmicas com ampolas de vidro, conforme NBR13282, da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, podendo 	10		

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<p>variar nas capacidades volumétricas reais em até 10% (dez por cento) da capacidade nominal;</p> <p>- Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.</p>		
7	<p>CAFETEIRA INDUSTRIAL 20L (Foto meramente ilustrativa)</p>  <p>- Capacidade 20 (vinte) litros (2 bojos de 10 litros cada); - Consumo 2500W / 2,50kw/h ou similar; - Alimentação 127V / 220V; - Dimensões (CxLxA) Produto: 41 x 36 x 84 (cm); - Embalagem: 45 x 41 x 56 (cm), podendo ter diferença de 5%; - Peso líquido / bruto - 6,5 kg / 17,9 kg; - Descrição: - Bojos em aço inoxidável 304. (Não contamina o alimento); - Corpo em aço inoxidável escovado; - Resistências blindadas de alta performance; - Registros manuais para entrada e saída de água; - Exclusiva torneira horizontal (indicada para café); - Deverá acompanhar vareta para limpeza das torneiras; - Termostato para controle de temperatura de 20° a 120°C; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.</p>	3	
8	<p>LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA</p> <p>Conjunto coleta seletiva com 04 (quatro) lixeiras de, no mínimo, 50 (cinquenta) litros, com suporte, nas cores vermelha, azul, amarela, verde e marrom;</p> <p>- Polietileno de alta densidade pead; - Resina anti-uv; - Material 100% virgem de alta resistência;</p>	5	

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<ul style="list-style-type: none"> - Sem soldas e emendas; - Capacidade individual de, no mínimo, 50 litros; - Tampa basculante; - Suporte fixado em tubo em aço carbono galvanizado, indicado para áreas internas; - Medidas por lixeira, incluindo a tampa, de aproximadamente: 1370mm de altura, 450mm de largura, 1250mm de profundidade; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo. 			
9	<p>CONJUNTO PARA COLETA SELETIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cesto confeccionado em plástico polipropileno com armação em tubo e suporte com tratamento eletrostático e pintura epóxi na cor preta; - Suporte de 02 (duas) lixeiras nas cores marrom e cinza; - Indicado para área interna; - Conjunto com tampa basculante; - Capacidade de 25 (vinte e cinco) litros; - Dimensões de aproximadamente: (comp/larg/alt); - Medidas: 650x300x630mm; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo. 	5		
10	<p>SECADORA DE MÃOS AUTOMÁTICA (Foto meramente ilustrativa)</p>  <ul style="list-style-type: none"> - Sensores a resistência e o sistema de desligamento automático são gerenciados por microprocessador); - Acionamento automático por sensores (gerenciado por microprocessador); - Voltagem 220 volts; - Grau de proteção: ip22; - Equipado com motor turbo de 1100 watts (profissional); - Ajustado eletronicamente p/ 450 watts; - Potência na regulagem original: Mínima de 	20		

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<p>1700 watts; - 8,2 Amperes; - Potência na regulagem máxima: 2100 watts - 10,3 amperes; - Baixo consumo de energia; - Na regulagem original: 80 (oitenta) litros por segundo; - Na regulagem máxima flex.: 120 (cento e vinte) litros por segundo; - Tempo p/ secagem na regulagem original: aproximadamente em até 20 (vinte) segundos; - Tempo p/ secagem na regulagem máxima flex: aproximadamente em até 12 (doze) segundos; - Consumo de energia p/ secagem na regulagem original: 0,00750; - Consumo de energia p/ secagem na regulagem máxima flex: 0,00700; - Desligar automaticamente aos 25 (vinte e cinco) segundos de uso mesmo com as mãos sob os sensores; - Dupla proteção para a resistência (não queima resistência); - Dimensões de, aproximadamente, 280 mm de altura, 200mm de largura, 175mm profundidade; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.</p>			
<p>11</p>	<p>MÁQUINA PERFURADORA PARA ENCARDENAÇÃO (Foto meramente ilustrativa)</p>  <p>- Máquina que permita perfurações mínima de 02 (duas) a 15 (quinze) folhas por vez; - Detalhes técnicos: - Uso: para confecção de encadernações de até 450 folhas; - Extensão de perfuração de aproximadamente: 330 mm; - Tamanho da mesa de aproximadamente: 350 x 320 mm;</p>	<p>3</p>		

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de perfuração de aproximadamente: 15 (quinze) folhas; - Peso da máquina de aproximadamente: 10Kg; - Garantia: 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo; Obs: As dimensões deste lote, poderão ter diferença de 5% do especificado neste lote. 			
12	<p>FRAGMENTADORA DE PAPEL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura de inserção: 220 mm, ou equivalente; - Nº Máximo de folhas (75g): 12 folhas 75g; - Tipo de Fragmentação (em mm): 4 x 32 mm; - Nível de segurança: 3; - Capacidade Média de Fragmentação: 22,7 kg/h; - Acionamento: Botão e sensor mecânico; - Reversão: Manual e no botão; - Potência mínima: 240w; - Tempo de Funcionamento: 02 (dois) a 07 (sete) minutos ligada (dependendo da quantidade de folha por fluxo) e de 12 (doze) a 30 (trinta) minutos desligada dependendo da temperatura ambiente; - Nível de Ruído: 73 db (A); - Volume da Lixeira: 14 (quatorze) litros; - Dimensões (em mm): 345 x 235 x 450 mm; - Peso Aproximado: 6,2 kg; - Cor: preta ou cinza; - Garantia: 12 (doze) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo. 	4		
13	<p>SUPORTE ARTICULADO UNIVERSAL PARA TV LED, LCD, PLASMA, 3D e SMARTV de 10 a 85"</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fácil de instalar; - Permitir engate rápido; - Indicação para TV LED, LCD, Plasma, 3D e Smart TV de 10 a 85 polegadas; - Possuir trava de segurança dispositivo para fácil manuseio dos cabos; - Permitir inclinação e rotação; - Permite ajustar a TV para assistir de vários ângulos; - Furação compatível: VESA: 50X50, 75X75, 300X300 e máxima 400X400 - Acompanhar parafusos e buchas para alvenaria, parafusos para painel de madeiras e nível de bolha. 	10		

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

	- Garantia de 12 (doze) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo.			
VALOR TOTAL:				

5.2. O valor contratual global importa na quantia de R\$ _____
(_____), irrealizáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**, no **Banco do Brasil S/A**.

6.1.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida tendo por destinatário / tomador do serviço o **Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária Municipal – FIDAF, inscrito sob o CNPJ 23.883.983/0001-57**. Apresentando incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para os devidos ajustes. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

Projeto/Atividade: 23.901.04.122.0001.2016.0014;

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 e 3.3.90.30;

Fonte de Recursos: 0.0101, consignado no orçamento do Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária Municipal – FIDAF.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, após emissão de empenho.

CLAÚSULA NONA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

9.1. Quanto à entrega:

9.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e local estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital, qual seja: Rua General Bezerril, nº 730, Centro – Fortaleza/CE, ou em outro local no Município de Fortaleza, a ser estipulado pela Secretaria Municipal das Finanças, no horário de 8h às 12h e das 13h às 17h.

9.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2. Quanto ao prazo de entrega:

9.2.1. **Os equipamentos deverão ser entregues e instalados**, quando solicitados pelo **CONTRATANTE** e deverão ser entregues no endereço relacionado abaixo, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min, ou em outro local previamente indicado pelo **CONTRATANTE**, **no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento**, onde os produtos e serviços deverão ser prestados rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste Edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

9.2.3. **Caso o prazo do item 9.2.1 não seja cumprido, em relação a entrega dos equipamentos, a CONTRATADA sofrerá as sanções administrativas discriminadas na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do presente instrumento.**

9.3. Quanto ao recebimento:

9.3.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pelo **CONTRATANTE**.

9.3.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

- 10.1.** Entregar o objeto em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento, na proposta de preço, bem como na Lei nº 8.666/1993 e demais normas legais e regulamentos pertinentes.
- 10.2.** Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento e proposta apresentada.
- 10.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 10.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de o **CONTRATANTE** proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 10.5.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 10.6.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.7.** Substituir os itens que compõem o objeto contratual, que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 48 (quarenta e oito), contados da sua notificação.
- 10.8.** Os equipamentos, objeto deste CONTRATO, terão garantia de 12 (doze) meses, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 10.9.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução do objeto contratado;
- 10.10.** Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução contratual;
- 10.11.** A **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- 10.12.** Prestar assistência técnica e/ou possuir rede credenciada que possua assistência técnica no Município de Fortaleza-CE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1.** Solicitar a execução do objeto à **CONTRATADA** através da emissão de Ordem de Fornecimento, após emissão de empenho.
- 11.2.** Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 11.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

- 11.4. Notificar a **CONTRATADA**, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 11.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste contrato.
- 11.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 12.1. Após a homologação do objeto do certame e até a data da contratação, a **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, qual seja R\$ _____ (_____) em conformidade com o disposto no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.
- 12.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.
- 12.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 12.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando o licitante sujeito às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.
- 12.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 21.1 do Edital.
- 12.6. A Conta para a realização de depósito bancário, caso seja essa a opção da prestação da garantia, contratual, deverá ser prestada na Conta Corrente: 27.307-4 – Agência: 0008-6 – Banco do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO/GESTOR DO CONTRATO

- 13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **NEWTON SIQUEIRA FEITOSA CARVALHO**, Matrícula nº 12364, Gerente da Célula de Gestão Administrativa – CEGEA da Coordenadoria Administrativo Financeira - COAFI, contato nº (85) 3252-4829, especialmente designado para este fim pelo **CONTRATANTE**, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado de GESTOR do CONTRATO.
- 13.2. Os outros membros da Comissão Técnica são os servidores **ALYNE COSTA CANAMARY**, matrícula: 107417, vinculada à Célula de Gestão Administrativa - CEGEA da Coordenadoria Administrativo Financeira – COAFI, contato nº (85) 3252-4829 e **LUÍS ADAUTO MARINHO CASTELO**, Matrícula nº 12503, Gerente da Célula de Gestão Administrativa – CEGEA da Coordenadoria Administrativo Financeiro – COAFI/SEFIN, contato nº (85) 3452.5444;
- 13.3. Os trabalhos serão supervisionados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Comissão mencionada nos itens acima, com poderes para verificar se os serviços estão sendo executados, de acordo com o expresso neste instrumento; analisar e decidir as proposições da **CONTRATADA**, com vistas à melhoria daqueles; fazer advertências quanto às faltas cometidas pela **CONTRATADA**, quando houverem; e, ainda, opinar sobre as demais ações, buscando sempre o perfeito andamento das atividades albergadas por este instrumento.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

13.4. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades;

13.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes à execução dos serviços deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

13.6. A fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, onde, o serviço rejeitado deverá ser executado novamente sem ônus para o **CONTRATANTE**.

13.7. Os servidores indicados nos itens **13.1** e **13.2**, serão responsáveis pelo atesto referente a cada etapa (apresentação) do serviço realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Caso a **CONTRATADA** venha a praticar ato ilícito, estará sujeita, garantindo o direito prévio de citação, ampla defesa e contraditório, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multas, aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, na seguinte forma:

14.1.2.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

14.1.2.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

14.1.2.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

I. deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

II. permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

III. deixar de regularizar, no prazo definido pelo **CONTRATANTE**, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IV. não devolver os valores pagos indevidamente pelo **CONTRATANTE**;

V. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

VII. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

14.1.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

14.1.2.5. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa, à rescisão do CONTRATO;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

14.1.2.6. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos ao **CONTRATANTE** superiores aos contratados ou registrados.

14.1.2.6.1. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere ao subitem **14.1.2.2** for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

14.1.2.6.2. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

14.1.2.6.3. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

14.1.2.6.4. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

14.1.2.6.5. No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o item **14.1.2.4** será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

14.1.2.6.6. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao **CONTRATADO**, inclusive antes da execução da garantia contratual, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro.

14.1.2.6.7. Caso o valor a ser pago ao **CONTRATADO** seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

14.1.2.6.8. Caso a faculdade prevista no item **14.1.2.6.6** não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao **CONTRATADO**.

14.1.2.6.9. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens **14.1.2.6.6** e **14.1.2.6.7**, o **CONTRATADO** será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

14.1.2.6.10. Decorrido o prazo previsto no item **14.1.2.6.9**, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

14.1.2.6.11. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo **CONTRATADO** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do **CONTRATANTE**.

14.1.2.6.12. O **CONTRATANTE** poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

14.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Fortaleza e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. os danos que o cometimento da infração ocasionar aos serviços e aos usuários;
- III. a vantagem auferida em virtude da infração;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

IV. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

V. os antecedentes da licitante ou **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste CONTRATO e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

15.2. Constituem motivo para rescisão do presente CONTRATO:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da prestação do serviço;

V - a paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no CONTRATO;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

IX - a decretação de falência;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do CONTRATO;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado ao **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o CONTRATO;

XIII - a supressão, por parte do **CONTRATANTE** da prestação dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do CONTRATO além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** decorrentes da prestação dos serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO.

XVII - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

15.3. A rescisão do presente CONTRATO poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do item **15.2**;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

III - judicial, nos termos da legislação;

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

V - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do item **15.2**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia;

b) pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão;

c) pagamento do custo da desmobilização.

VI - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

15.4. A rescisão de que trata o inciso I do item **15.3** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste CONTRATO:

I - assunção imediata do objeto deste CONTRATO, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do CONTRATO, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/1993;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à Administração.

a) a aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à prestação do serviço por execução direta ou indireta.

b) é permitido à Administração, no caso de concordata da **CONTRATADA**, manter o CONTRATO, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

c) na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal das Finanças.

d) A rescisão de que trata o inciso IV do item **15.3** permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste item.

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

15.5. Este CONTRATO poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo **CONTRATANTE**, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à **CONTRATADA** direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza, do Estado do Ceará, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente CONTRATO, que está visado pela Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, ____ de _____ de 2017

JAIME CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE FILHO

Secretário Executivo Municipal das Finanças, conforme Decreto nº 13.733 de 28/12/2015

(nome do representante)
CONTRATADA

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

Nome do(a) assessor(a) jurídico(a) do CONTRATANTE

EDITAL Nº 3511
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 173/2017 – COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. Nº P 555256/2017

ANEXO VI - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

JUSTIFICATIVA ACERCA DO
IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO
DE CONSÓRCIO NO CERTAME.

O processo Administrativo nº P520598/2017, instaurado com vistas a abertura do certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **MATERIAL PERMANENTE**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Considerando que o objeto da licitação em análise, é considerado comum, motivo pelo qual a escolha da modalidade foi o Pregão na forma eletrônica, e considerando ainda, que o objeto não envolve nenhuma complexidade técnica, não haverá a possibilidade de participação de consórcio.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União – TCU⁴, já sedimentou o seguinte entendimento: “a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio, seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória”.

José Raimundo Morais Vilar
Coordenador Administrativo e Financeiro – COAFI

⁴ Acórdão 2.831/2012-Plenário – TCU;

